

INSTITUTO  
Documentação  
ACERVO AMBIENTAL  
Fonte: Acritica  
Data: 24/12/98 Pg. C1  
Class.: 14

# Brasil vai privatizar florestas nacionais

O projeto do Ministério do Meio Ambiente prevê a privatização de 39 florestas nacionais e públicas, envolvendo cerca de 12 milhões de hectares

José Varella - 22/dez/1994

BRASILIA - (AJB) - O Brasil poderá abrir suas florestas nacionais e públicas para licitações que envolvam o capital nacional e o estrangeiro. Pelo menos esta é a intenção do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA), que tem um projeto de privatização de 39 florestas, envolvendo cerca de 12 milhões de hectares.

O projeto, que está na Secretaria de Desenvolvimento Integrado do ministério, feito em colaboração com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), inclui a Floresta Nacional de Tefé (Flona), uma área de 1,5 milhão de hectares, na Amazônia. "Colocar uma área de tremenda biodiversidade como essa para o domínio público é maluco", declara um influente ambientalista do Ibama, que não quis ser identificado.

Ele salienta que é incabível "pegar e privatizar uma área, como a Flona, que tem 210 espécies diferentes de árvores por hectare, entre 300 e 350 espécies de pássaros e 14 de macacos", relata, ao se dizer totalmente contrário à exploração, que acabará por atacar a biodiversidade, por mais que, na legislação do projeto, seja demandado o desenvolvimento sustentável, juntamente ao desmatamento por empresas madeireiras.

O secretário de Desenvolvimento Integrado do MMA, Raimundo Deusdará, explica que a intenção

do ministro Gustavo Krause não é "entregar as florestas ao capital estrangeiro, mas, sim, estancar o desmatamento desenfreado" das florestas nacionais e públicas - áreas devolutas - que, até agora, vêm sendo alvo principal das empresas do Sul da Ásia, especialmente, as da Malásia, que promovem altas nos preços internacionais da madeira vinda de florestas densas.

"Atacar a biodiversidade é deixar que uma área igual a dois estados de São Paulo seja desmatada em uma década, como aconteceu", declara Raimundo Deusdará. O secretário afirma que o projeto está sendo elaborado por especialistas da área ambiental, que farão um seminário nos dias 8 e 9 de janeiro, na Região Norte, para que se estude a melhor forma de proceder com o programa, que conta com o apoio da FAO (Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação).

Para Deusdará, a exploração pelas empresas madeireiras não deverá ser feita "de qualquer forma", como acontece hoje, mas de maneira mais segura e "civilizada", com o desenvolvimento sustentável assegurado, de fato. "Hoje, temos cerca de 3 milhões de hectares de florestas nacionais disponíveis para o projeto, mas, a intenção maior é ampliar a rede de florestas, ao máximo, para que tenhamos explorações planejadas nas florestas de domínio público", conta.

O programa de concessão prevê



Gustavo Krause afirma que o objetivo não é entregar as florestas ao capital estrangeiro

que estados e municípios incluam as suas respectivas áreas devolutas e terras arrecadadas, para a iniciativa privada. O objetivo principal do MMA é transformar essas áreas em florestas nacionais que funcionem como estoques estratégicos reguladores do fornecimento de madeira aos mercados nacional e internacional.

"Com isso, forçamos uma escassez e conseqüente valorização real da floresta em pé não derrubada", revela Deusdará. O secretário acrescenta que, nos Estados Unidos, por volta de 100 milhões de hectares de florestas estão em domínio público. O secretário do MMA salienta que a melhor saída para as florestas brasileiras, hoje, seria o

sistema de concessão para o capital privado de florestas densas para a exploração sustentável, com o controle da demanda mundial pela madeira, forçando a queda de preços no mercado internacional, o que, com o tempo, acabaria por desacelerar o desmatamento e propiciaria uma forma mais racional de exploração.

## Governo decide demarcar 1,3 mil hectares em RR

BRASÍLIA - (AJB) - O governo vai demarcar cerca de 1.300 mil hectares de terras indígenas, em Roraima, dentro da área chamada Raposa Serra do Sol. A decisão, publicada no Diário Oficial da União de hoje, pelo Ministério da Justiça, atende a uma antiga reivindicação da tribo Maxí, num processo que vem se arrastando desde a década de 20, por causa das inúmeras contestações.

Graças a um decreto de agosto deste ano, abrindo prazo para o governo se interpor a essas contestações, o futuro da reserva ficou a meio caminho de uma definição. Há dois meses, o ministro Nelson Jobim visitou a Raposa Serra do Sol, acompanhado de parlamentares, e negociou o aval de 82 tuxuas - chefes das tribos - sobre o tamanho da área a ser delimitada.

A região fica na fronteira com a Venezuela e Guiana e é habitada por cerca de 12 mil índios, espalhados em 96 aldeias, segundo dados do Conselho Indígena de Roraima (CIR), entidade não governamental. José Adalberto Silva, coordenador do CIR, informou que as terras foram invadidas por 1,5 mil garimpeiros, responsáveis pela morte de 11 índios, nos últimos oito anos. Ele afirma que a impunidade dos autores dos crimes é encoberta pelo governo do estado em defesa de interesses privados, como a construção de uma hidrelétrica no rio Cotingo, que nasce e morre na Raposa Serra do Sol.

De acordo com o despacho ministerial, apenas a fazenda Guanabara - fundada no início do século - não será desapropriada. Os donos das outras fazendas - aproximadamente 50 - terão quatro meses para pedir indenizações, mas apenas por benfeitorias e desde que realizadas de boa-fé.

**O projeto, feito em colaboração como o Ibama, inclui a Floresta Nacional de Tefé, de 1,5 milhão de hectares**